

**PEDRO GOMES – 09DEZ2004**

**DEBATE DO PROGRAMA DO IX GOVERNO REGIONAL - AÇORES**

**Senhor Presidente**

**Senhores Deputados**

**Senhor Presidente e Senhores membros do Governo Regional**

As minhas primeiras palavras são para V. Exa., Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, para o saudar e para lhe manifestar o respeito institucional - pessoal e do PSD – que o desempenho de tão elevado cargo nos merece.

V. Exa. e os restantes membros da Mesa contarão com o apoio do PSD na dignificação do trabalho parlamentar e nas acções que visem alterar e melhorar o funcionamento da Assembleia Legislativa, a começar por uma reforma profunda do regimento.

Faço votos, Senhor Presidente, para que a “expressiva maioria” que o elegeu – para utilizar palavras suas – corresponda a uma, também, expressiva independência no exercício de funções e a uma expressiva

vontade de colocar a Assembleia Legislativa no lugar que o sistema político autonómico lhe confere: o de primeiro órgão da autonomia, com funções de fiscalização do Governo Regional.

### **Senhor Presidente e Senhores membros do Governo Regional**

No início do debate do programa do IX Governo Regional, cuja aprovação assinala a sua investidura por esta Assembleia, quero dizer-lhe que deste Governo, os Açorianos esperam o cumprimento das suas promessas eleitorais.

Do confronto do programa eleitoral do PS com o programa do Governo cuja discussão hoje iniciamos, resulta que muitas das promessas desapareceram, sem deixar rasto político, num primeiro sinal de que, quem muito prometeu, se prepara já – um mês e meio depois das eleições – para começar a não cumprir.

### **Senhor Presidente**

### **Senhores Deputados**

### **Senhor Presidente e Senhores membros do Governo Regional**

Que fique claro desde já, para que todos os Açorianos saibam, que o Governo Regional que proclama o diálogo e dele faz uma nova teologia política e a maioria parlamentar que o apoia nesta

Assembleia começam por tentar silenciar a oposição: às duas horas e meia de tempo atribuído para este debate ao PSD, contrapõem-se as oito horas do Governo e do PS.

O PS aplica a “lei da rolha”, em resultado dum regimento que a maioria socialista impôs, de forma a evitar o debate político que deve ter lugar nesta Assembleia.

Engana-se a maioria socialista: o PS bem pode limitar os direitos da oposição, valendo-se da dimensão da sua maioria, mas não impedirá que, nesta Assembleia ou fora dela, o PSD lidere a oposição a este Governo.

Em 17 de Outubro os Açorianos conferiram, pelo voto, legitimidade ao PS para governar os Açores. Ao PSD conferiram legitimidade para liderar a oposição.

O PSD, com humildade democrática, respeita a vontade dos Açorianos, sabendo que o projecto que liderou, representa mais de 30% do eleitorado que não se revê, nem no estilo, nem no projecto de governação protagonizado pelo PS.

O PSD perdeu as eleições, mas não perdeu o direito de representação democrática que o povo lhe conferiu.

Exercemos, aqui, neste debate, o nosso direito à coerência. Com a derrota eleitoral, não penhorámos as nossas convicções, nem abdicamos do nosso projecto para a sociedade açoriana.

O Governo do Partido Socialista deve governar, segundo o seu programa. Não lhe daremos conselhos sobre a acção governativa. Faremos, isso sim, o julgamento do seu desempenho político.

Por isso mesmo, também não aceitamos, que o Governo Regional - de modo inusitado - queira dar lições de comportamento à oposição, como fez o Senhor Presidente do Governo, na tomada de posse deste Governo.

### **Senhor Presidente**

### **Senhores Deputados**

### **Senhor Presidente e Senhores membros do Governo Regional**

O programa do IX Governo submetido a esta Assembleia é um programa de palavras bonitas e de ideias feitas.

É um programa de generalidades, sem que dele se retirem opções para a governação dos Açores.

É um repositório de intenções, sem prioridades.

Onde deve escolher, limita-se a enunciar. Onde pode traçar um rumo novo, satisfaz-se com o elogio da obra feita. Onde deveria ser ambicioso, limita-se à contemplação do passado.

Este programa de Governo fala das pessoas, mas esquece os Açorianos.

Este programa de Governo fala dos Açores, mas esquece, de novo, as ilhas dos Açores.

Este programa de Governo não propõe o que deve, mas cai na tentação fácil de falar da revisão do Estatuto Político-Administrativo e da Lei eleitoral, matérias da competência exclusiva desta Assembleia, numa atitude de subalternização do parlamento que não aceitamos.

Este programa de Governo, afinal, é o espelho fiel dum Governo de continuidade e sem ambição, que transformou a governação num exercício perdulário para agradar a todos.

Até mesmo aquela que é apresentada publicamente como a grande novidade deste programa de Governo – o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico – é um sucedâneo apressado da proposta que o PSD apresentou durante a campanha eleitoral para a criação de sociedades de desenvolvimento de ilha.

O Governo propõe a criação deste Fundo, mas ignora a coesão territorial dos Açores como elemento decisivo para o nosso desenvolvimento.

Esperemos que este Fundo não tenha o destino trágico – do ponto de vista económico e financeiro – das sociedades já constituídas para a área da saúde ou da habitação, que mais não são do que hidras económicas, sufocadas já, por galopantes passivos.

**Senhor Presidente**

**Senhores Deputados**

**Senhor Presidente e Senhores membros do Governo Regional**

Este não é o nosso programa de Governo. Esta não é a nossa visão para o desenvolvimento dos Açores.

Depois da sua investidura parlamentar, garantida pela confortável maioria de que dispõe, o Governo deverá governar e o PSD liderar a oposição nos Açores, até que os Açorianos decidam de outro modo.

Como diz o Livro do Eclesiástico “para tudo há um momento e um tempo para cada coisa que se deseja debaixo do céu”.

O PSD está disponível para consensualizar com todos os partidos com assento parlamentar as soluções mais adequadas para os Açores em matérias de regime e, desde logo, quanto à revisão do estatuto Político-Administrativo, Lei eleitoral ou Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Não estaremos ao lado do Governo na reivindicação das justas pretensões dos Açores em relação à República, pela simples razão de que estaremos à sua frente.

À República reivindicaremos o que for justo para os Açores, deste ou doutro qualquer Governo da República, assumindo

intransigentemente a defesa dos interesses dos Açores, como sucedeu, por exemplo, na última revisão constitucional que consagrou um assinalável avanço histórico quanto ao sistema autonómico e às competências legislativas regionais.

É este o legado histórico do PSD, que honraremos em nome da luta autonomista, cuja divisa o nosso brasão de armas consagra: “antes morrer livres, do que em paz sujeitos”.

Ao contrário de outros, não reivindicamos para nós o exclusivo da Autonomia.

Ao contrário de outros, deslumbrados consigo próprios, não pretendemos que a história tenha começado apenas há oito anos atrás.

A Autonomia dos Açores é do povo e para o povo. Ninguém é dono da Autonomia!

O povo Açoriano merecia muito mais do que um programa de Governo tão modesto quanto este.

Votamos contra este programa de Governo porque os Açorianos merecem mais. Muito mais!